

TURISMO RURAL: PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANÁ

RURAL TOURISM: PROFILE OF OWNERS OF PROPERTIES NEARBYNG ITAIPU LAKE IN PARANÁ

Nândri Cândida Strassburger

Sandra Maria Coltre

Resumo: Olhar para as áreas rurais contemporâneas requer primeiro focar sua diversidade. A dinâmica desse espaço rural mostra o surgimento de atividades ali desenvolvidas que nem sempre se dedicam à agricultura, dentre elas o turismo no espaço rural. O objetivo do estudo é caracterizar o perfil dos proprietários que praticam a atividade do turismo rural nas propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu, no Paraná. A pesquisa caracterizou-se como descritiva quantitativa. O corte foi transversal em 2022 sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os dados de fonte primária foram coletados pela primeira vez por uma entrevista e os dados de fonte secundária foram coletados em bibliografia científica. O estudo foi realizado nos 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, no Estado do Paraná, nas 48 propriedades, com a participação de 30 proprietários. Os resultados indicam ser importante entender em qual contexto a atividade turística é realizada, seja no conhecimento que esses indivíduos tem sobre o segmento, seja na infraestrutura que essas propriedades disponibilizam aos visitantes, pois, para praticar essa atividade turística, o cuidado com o meio ambiente é fundamental e necessário, pois para ter êxito é preciso levar em conta a preservação dos recursos naturais, bem como aspectos relacionados ao social, como valorização da cultura e gastronomia, para que assim, a econômica evolua gerando sustentabilidade da atividade.

Palavras-chave: Municípios lindeiros. Turismo Rural. Análise do Perfil.

1 INTRODUÇÃO

Olhar para as áreas rurais contemporâneas requer primeiro focar sua diversidade. A dinâmica desse espaço rural mostra o surgimento de atividades ali desenvolvidas que nem sempre se dedicam à agricultura, dentre elas o turismo no espaço rural. A esse respeito, Schneider e Fialho (2000), observam que a partir de meados da década de 1990, as discussões e pesquisas sobre as formas como a força de trabalho ocupa os espaços rurais do Brasil, passaram a incluir os temas das atividades não agrícolas e da pluriatividade. O conceito de pluriatividade, segundo Marafon (2006) descreve uma unidade produtiva multidimensional e multifacetada onde se desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas.

Nesse cenário, Zanco, Corbari e Alves (2018) destacaram o papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, pois suas atividades são regidas pela



diversidade e qualidade produtiva, com o propósito de produção de alimentos, de cuidar do meio ambiente, de gerar renda, porém, mantendo o rural nas pessoas. Nesse sentido, Schneider e Fialho (2000) mencionam as atividades pluriativas nas práticas do ambiente rural, que podem ser de natureza permanente ou temporária.

Para Cavaco (2001) o turismo no espaço rural é um tipo de turismo que ocorre nos espaços naturais e, sobretudo, em ambientes humanizados, seja ativo ou apenas contemplativo, que assegura um regresso da cultura local.

Para o Ministério do Turismo (2003), cujo objetivo é desenvolver o turismo como atividade econômica autossustentável no Brasil, ao apresentar suas diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, fundamenta-se em aspectos que se referem ao território, à economia, aos recursos naturais e culturais e à sociedade.

Para Almeida (2000), a atividade turística desenvolvida no meio rural pode ser entendida como uma atividade que entra em contato com a cultura local e o meio ambiente, além de promover a geração de renda para o proprietário rural, fortalecendo nesse sentido enfoques relacionados à sustentabilidade que podem apoiar o desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido Ruschmann (2000) ressalta que a atividade turística no meio rural deve ter como objetivo a sustentabilidade, que requer saber administrar os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, com a finalidade de atender as necessidades econômicas, sociais e ambientais, com o intuito de preservar a integridade cultural, ecológica e ambiental.

A atividade turística, caracteriza-se essencialmente pelo deslocamento de pessoas, com a disseminação do coronavírus, esse segmento foi uma dos mais impactados. Nesse cenário, a presente pesquisa também apresenta uma noção sobre os impactos causados na atividade.

A pertinência da realização da pesquisa está na identificação da atividade do turismo em âmbito rural das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná, cujos achados, podem contribuir para o entendimento do turismo como um fator de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, considera-se importante conhecer a região oeste do Estado do Paraná, conhecida pela produção diversificada como graneleira, pecuária, material de transporte, logística, madeira-celulose-mobiliário, turismo entre outras.

O presente estudo, faz parte da pesquisa da tese da autora, foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar o perfil dos proprietários de propriedades rurais que exercem atividades relacionadas ao turismo rural nessa região. O objetivo do estudo é caracterizar o perfil dos proprietários que praticam a atividade do turismo rural nas propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu, no Paraná.

Neste sentido, o estudo busca responder a seguinte questão: Qual o perfil dos proprietários das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu, no Paraná, que praticam atividades de turismo rural?

Após esta Introdução, aborda-se o desenvolvimento rural relacionado a atividades pluriativas no meio rural, sobre turismo rural, seguida pela explicitação dos procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Os resultados são apresentados através de quadros e tabelas que apresentam a caracterização da atividade turística na região oeste do Paraná, tanto dos proprietários quanto da estrutura das propriedades rurais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

As novas abordagens conceituais sobre desenvolvimento que estão sendo construídas atualmente, concordam com uma perspectiva multifacetada e interdisciplinar. A interpretação desse fenômeno ainda não está claro e carece de uma definição esclarecedora sobre seu significado, que vem sendo debatido por estudiosos sobre o tema.

A definição de desenvolvimento rural segundo Navarro (2001), altera-se ao longo do tempo à medida que novas variáveis analíticas são incluídas; no entanto, é importante notar que, apesar dessas mudanças, o componente essencial, que é melhorar o bem-estar das populações rurais, permanece constante. Aspectos esses, que permitem às populações rurais agir para melhorar suas condições de vida por meio de mudanças em suas relações com as esferas política, econômica e social.

O tema desenvolvimento foi muito debatido ao longo da segunda metade do século XX, e raramente era discutido em relação a qualquer coisa que não fosse o crescimento econômico de um país, estado ou região. Nesse sentido Veiga (2008) explicou que até 1960 não havia a necessidade de diferenciar o desenvolvimento de crescimento econômico, já que poucas nações desenvolvidas já haviam enriquecido pelo processo de industrialização.

No entanto, segundo ele, o rápido crescimento econômico da década de 1950 não se traduziu em maior acesso das populações mais pobres a melhores condições de saúde e educação, colocando em dúvida o modelo de desenvolvimento amplamente utilizado até então.

Autores, como Silva (1997), Abramovay (1999), Schneider e Fialho (2000) e Navarro (2001) começaram a desafiar esse paradigma de desenvolvimento que se concentrava quase inteiramente em fatores econômicos, ignorando as considerações sociais e ambientais, especialmente a partir da década de 1990.

De maneira semelhante, a complexidade de se estudar o meio rural brasileiro, transita pelo entendimento da diversidade e das características que ocorrem nos sistemas produtivos do seu amplo território. Esse desafio é considerado por alguns estudiosos que procuram entender as transformações que ocorrem no meio rural.

Barbosa e Neto (2016) ressaltaram que o termo desenvolvimento debatido de forma geral, não difere em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, quando se refere ao desenvolvimento no âmbito rural. Ao tratar das pesquisas sobre o tema nesse espaço em relação às ações de intervenção do Estado, Schneider (2010) entendeu que isso afastou muitos pesquisadores, por acreditar que se trata de um tema demasiadamente político e normativo. Somente a partir da década de 1990, o entendimento que se tem sobre o desenvolvimento rural no Brasil gerou novas abordagens e percepções, como a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no âmbito do Governo Federal, em resposta às grandes reivindicações dos agricultores e trabalhadores rurais.

Schneider (2010), ao referir-se ao conceito do novo rural brasileiro, indica os estudos de Graziano da Silva (2001) e Graziano da Silva, Del Grossi, Campanhola (2000), segundo esses autores a origem do novo rural brasileiro decorreu do próprio processo de modernização da base tecnológica da agropecuária. Esse processo se completa, no final da década de 1980, com destaque para as regiões centro e sul do Brasil, surge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução das diferenças entre o urbano e o rural. O rural deixa de ser sinônimo de atraso e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades.

Nesse cenário, há um entendimento de que o mundo rural passou e vem passando por mudanças importantes, como, aliás, é natural no processo de evolução da sociedade e



nas suas relações. Graziano da Silva *et al* (2000), em sua análise, apontou que o rural deve ser entendido a partir do ponto de vista do espacial como um ‘continuum’ do urbano; e do ponto de vista da organização econômica, nem a cidade pode mais ser identificada apenas por suas atividades industriais, nem o campo praticar somente atividades de agricultura e pecuária.

Schneider (2010) comentou que do ponto de vista teórico, esta interpretação sobre a composição desse novo rural, seria constituída basicamente, por três grupos de atividades: pela agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities ligada às agroindústrias; por um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e à prestação de serviços; e, por novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado.

Essas discussões consideram que olhar para as áreas rurais contemporâneas requer primeiro prestar atenção à sua diversidade. Esta palavra precisa ser usada para analisar o rural seja qual for a dimensão. A partir dessa percepção, a visão simplista do rural como sendo apenas agrícola, cada vez mais está sendo superada.

Ferreira (2013) ressaltou que os agricultores estão valorizando as possibilidades disponíveis nos seus espaços rurais e colocando em prática técnicas de diversificação de suas propriedades, que envolvem a pluriatividade, o associativismo e a agroindustrialização em pequena escala. Indicou que, no Brasil a ruralidade está em construção, sob um processo complexo não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementariedade com o urbano. Ao se buscar compreender essa complexidade cada vez mais presente no espaço rural, torna-se importante compreender essa realidade, principalmente nas relações das atividades agrícolas e não agrícolas.

Ao tratar das práticas econômicas ocorridas no espaço rural, Veiga (2008) considerou esse aspecto como um dos mais preciosos trunfos de desenvolvimento rural. Dentre elas, a introdução de atividades turísticas no espaço rural, possibilitou o surgimento de novas perspectivas aos seus moradores. Nesse sentido, para Elesbão (2007), o papel da atividade turística no desenvolvimento rural, traduz-se em aumento da renda da propriedade, que pode ajudar a manter e melhorar a qualidade de vida das populações rurais, observando se a atividade é desenvolvida em condições de desenvolvimento sustentável, que leva em consideração além do aspecto econômico, também o social e o ambiental.

2.2 TURISMO RURAL

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003), o turismo é a soma das relações e de serviços resultantes de mudanças temporárias e voluntárias de residência, motivadas por razões alheias a negócios ou profissionais.

De acordo com o Ministério do Turismo (2003), a prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambientes rurais faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos.

Segundo Elesbão (2014), o turismo não produz e comercializa somente a oferta de serviços, mas também mercadorias simbólicas, ligadas ao imaginário em relação à natureza, à cultura, ao exótico, à aventura, entre outros valores. Destaca que o caso do turismo é emblemático, pois as mercadorias que mais motivam os turistas são as paisagens. Ao tratar do conceito de turismo rural, considera que, como todas as modalidades de turismo contemporâneo, o turismo no ambiente rural remonta ao período pós-segunda guerra mundial.

Tulik (2003) relatou que a história do turismo rural no Brasil está ligada às diversas etapas do processo de ocupação do território. As paisagens rurais brasileiras, bem como as suas características distintas, se estabeleceram através dos denominados ciclos econômicos. Menciona que o ciclo do gado, que praticamente aconteceu em todo território nacional, deu origem a roteiros turísticos ricos em folclore e uma culinária diversificada.

A cana de açúcar na zona da mata nordestina, o ciclo do ouro e diamante em Minas Gerais, e o período do café na região sudeste são responsáveis por um patrimônio arquitetônico de grande valor urbano e sobretudo rural. Nos dias de hoje, sedes de fazendas do genuíno período colonial, recebem turistas interessados em conhecer sua história e para se envolver no cotidiano das atividades rurais.

Tulik (2003) chamou a atenção para o fato de que no Brasil, devido à influência estrangeira na literatura sobre o turismo rural, muitos conceitos são importados sem maiores adaptações à realidade brasileira.

Nesse sentido, a imprecisão de conceitos sobre o turismo rural está vinculada ao conceito europeu, uma vez que o turismo rural teve sua origem na Europa.

Ao tratar desse conceito no contexto brasileiro, Candiotto (2010) afirmou que todos os negócios que oferecem lazer, descanso, recreação ou qualquer outra atividade



relacionada ao turismo podem ser classificados como turismo rural, desde que localizados em áreas rurais.

Solla (2002) considerou que um dos papéis da atividade turística no meio rural é criar alternativas de renda complementar, com o intuito de manter a essa população no campo. Além disso, ele indicou como motivação central do turismo rural os aspectos do patrimônio, num sentido amplo, que envolve a natureza, a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia, os modos de vida, a história, entre outros.

Schneider, Fialho (2000) consideraram que independente de qual definição seja mais apropriada, o principal aspecto a ser considerado refere-se a utilização desse ambiente rural. Ressaltam que é importante entender que esse espaço rural vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, eles concordam que aspectos relacionados ao lazer estão contribuindo para definir a percepção simbólica da população urbana.

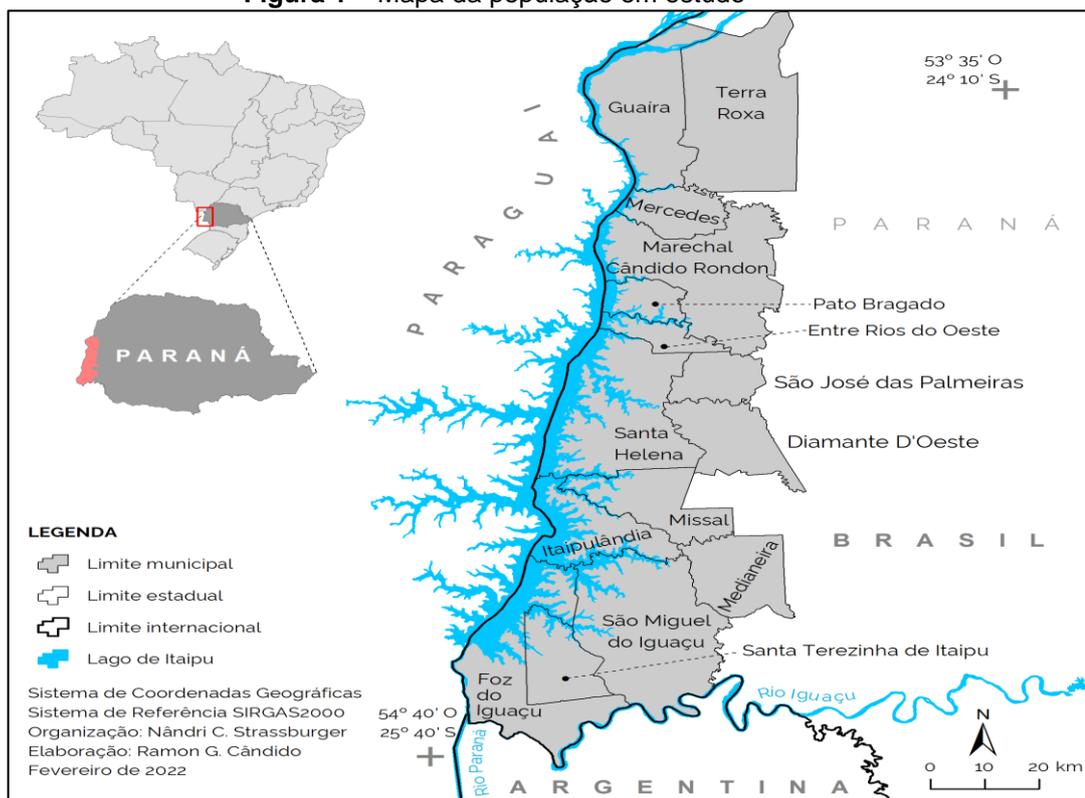
Ao se buscar compreender essa complexidade cada vez mais presente no espaço rural, torna-se importante compreender essa realidade, principalmente nas relações das atividades agrícolas e não agrícolas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva quantitativa que segundo Richardson (2012, p.146) “objetiva descrever aspectos de uma população e analisar a distribuição de determinados atributos”. O corte foi transversal em 2022 sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os dados de fonte primária foram coletados pela primeira vez por uma entrevista e os dados de fonte secundária foram coletados em bibliografia científica, sites oficiais e legislações pertinentes ao tema.

O estudo foi realizado nos 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, no Estado do Paraná e pode ser visualizado na Figura 1:

Figura 1 – Mapa da população em estudo



Fonte: IBGE (2018)

Os dados das propriedades rurais foram solicitados para as prefeituras municipais dos 15 municípios e se encontram amparados na Lei nº. 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI (Apêndice A). A população pesquisada foram os proprietários rurais dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Estado do Paraná, Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – População pesquisada

Municípios	Propriedades que praticam turismo rural
Medianeira	09
Foz do Iguaçu	08
São Miguel do Iguaçu	08
Marechal Cândido Rondon	06
Mercedes	04
Diamante do Oeste	04
Entre Rios do Oeste	03
Guaira	03
Santa Helena	02
Santa Terezinha de Itaipu	01
Itaipulândia	Não pratica
Missal	Não pratica



Pato Bragado	Não pratica
São Jose das Palmeiras	Não pratica
Terra Roxa	Não pratica
Total	48

Fonte: Prefeitura Municipal (2022)

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista, foram levantadas informações sobre o perfil do respondente, da propriedade e da atividade do turismo rural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de abril e maio de 2022 e devido a ocorrência da pandemia da Covid 19, a abordagem aos 48 proprietários rurais ocorreu inicialmente por chamada telefônica. Dos 48 convidados a responder a pesquisa, 30 proprietários concordaram em responder, dos quais 27 entrevistas foram realizadas por vídeo chamada via aplicativo *whatsapp* e as outras três ocorreram de forma presencial. Os 18 proprietários restantes não retornaram a solicitação para efetuar a entrevista.

Na distribuição das propriedades rurais, que praticam atividades de turismo nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Paraná. Destacam-se os municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu, com 06 e 05 propriedades respectivamente, seguidos por Diamante do Oeste e Foz do Iguaçu com 04 propriedades cada, os municípios restantes têm 03,02 e 01 propriedade com atividade turística.

Quadro 2 – Quantidade de propriedades que praticam atividades de turismo rural

Município	N. proprietários rurais	%
Medianeira	06	20,0
São Miguel do Iguaçu	05	16,7
Diamante D' Oeste	04	13,3
Foz do Iguaçu	04	13,3
Entre Rios do Oeste	03	10,0
Guaíra	02	6,7
Marechal Candido Rondon	02	6,7
Santa Helena	02	6,7
Mercedes PR	01	3,3
Santa Terezinha de Itaipu	01	3,3
Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Gênero	QUANT.	%	Escolaridade do proprietário	Quant.	%
Feminino	18	60%	Fund. Incompleto	05	16,7
Masculino	12	40%	Fund. Completo	03	10,0
Outro	0	0%	Ens. Médio Incompleto	01	3,3
Total	30	100%	Ens. Médio Completo	10	33,3
Idade	Quant.	%	Ens. Superior Incompleto	01	3,3
20 – 30	03	10,0	Ens. Superior Completo	10	33,3
31 – 40	05	16,7	Dos quais:		
41 – 50	06	20,0	Pós-graduação incomp. – 01		
51 – 60	08	26,7	Pós-graduação comp. – 06		
61 – 70	07	23,3	Total	30	100%
mais que 70	01	3,3			
Total	30	100%	Origem de agricultores	Quant.	%
Estado civil	Quant.	%	Não	02	6,7
Solteiro	05	16,7	Sim, por parte dos pais	24	80,0
União estável	20	66,7	Sim, por parte dos avós	03	10,0
Casado	03	10,0	Sim, por parte dos bisavós	01	3,3
Viúvo	01	3,3	Sim, por parte dos tataravós	0	0,0
Divorciado	01	3,3	Total	30	100%
Total	30	100%			

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No aspecto gênero, 18 (60%) são do sexo feminino e 12 (40%) são do sexo masculino. Em relação a idade, 21 (69%) situam-se na faixa entre os 41 e 70 anos. Quanto ao estado civil, constatou-se que a maioria, 20 (66%) têm união estável. Quanto a escolaridade, 10 (33%) têm o ensino médio completo e 10 (33%) têm graduação completa, desses 01 com pós-graduação incompleta e 06 com pós-graduação completa. E, quanto possuírem origem de agricultores, 27 (90%) responderam que sim, por parte dos pais e dos avós, e, dois (6%) não ter esse vínculo familiar com o meio rural.

Quadro 3 - Formação em turismo rural e mídias sociais utilizadas

Participação em formação de turismo rural	Quant.	%
Capacitação, curso	14	46,7
Não	12	40,0
Formação técnica	02	6,7
Formação acadêmica	02	6,7
Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto a formação em turismo 14 proprietários investiram em capacitação e 12 nada fazem.

Quadro 4 - Maiores dificuldades e maiores facilidades em desenvolver a atividade turística

Dificuldades em desenvolver a atividade do turismo	Quant.	%
Falta de apoio do poder público local	15	50,0
Alto investimento	15	50,0
Mão de obra	13	43,3
Falta de vias de acesso adequada a propriedade	10	33,3
Sinal telefônico e de internet deficientes	09	30,0
Falta de políticas públicas de incentivo ao turismo rural	08	26,7
Apresentar atividades atrativas	07	23,3
Falta de cooperação de empreendimentos turísticos similares	04	13,3
Concorrência	01	3,3
Falta de conhecimento sobre a atividade turística	01	3,3
Dificuldade em utilizar as redes sociais	01	3,3
Variação do fluxo de turistas	0	0,0

Facilidades em desenvolver a atividade do turismo	Quant.	%
Apoio familiar	18	60,0
Maior procura pelo lazer em espaços rurais	14	46,7
Boa aceitação por parte dos visitantes das atividades turísticas	13	43,3
A propriedade possuir meio ambiente natural propício a atividade	12	40,0
A propriedade possuir paisagem atrativa	11	36,7
Aumento da renda da propriedade	08	26,7
Apoio técnico para iniciar a atividade	08	26,7
Facilidade na comercialização dos produtos produzidos na propriedade	08	26,7
Valorização da propriedade	05	16,7
Utilização das redes sociais na divulgação da propriedade	04	13,3
Valorização da cultura local	04	13,3
Apoio da associação local	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As maiores dificuldades para o desenvolvimento das atividades foram para 15 proprietários a falta de apoio do poder público local e o alto investimento, para 13 foi a mão de obra, para 10 foi a falta de vias de acesso adequado, e para 09 o sinal telefônico e o de internet deficientes. Tais dificuldades são as mesmas encontradas em todos os tipos de



negócios e a falta de apoio institucional é sempre crucial e importante e como apontam os autores supracitados, o empenho institucional sempre deixa a desejar.

As facilidades indicadas foram com 18 indicações para apoio familiar, 14 para maior procura pelo lazer em espaços rurais, 13 para boa aceitação por parte dos visitantes, 12 para a propriedade possuir meio ambiente natural propício à atividade, e para 11 a propriedade possui paisagem atrativa. Os dados demonstram que os proprietários indicam mais facilidades do que dificuldades na condução da atividade de turismo rural.

Quadro 5 – Motivação para trabalhar com turismo rural

Principal motivação para iniciar a atividade turística	Quant.	%
Propriedade com potencial turístico	11	36,7
Complemento da renda	06	20,0
Por incentivo da família	06	20,0
Incentivar a cultura local	02	6,7
Incentivar a agroindústria	02	6,7
A partir de cursos sobre o turismo rural	02	6,7
Ampliar a conservação dos recursos naturais	01	3,3
Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto à principal motivação para iniciar a atividade turística, 11 (36%) foi a beleza da paisagem, 06 (20%) foi para complementar da renda; 06 (20%) por incentivo da família.

Quadro 6 - Principais atrativos turísticos e produções comercializadas

Principais atrativos turísticos que desenvolve na propriedade	Quant.	%
Espaço para realização de eventos	21	70,0
Restaurante	17	56,7
Açude	17	56,7
Reserva natural	14	46,7
Área de camping	13	43,3
Rio	11	36,7
Trilha	11	36,7
Pesca esportiva ou pesque e pague	10	33,3
Participação do turista em atividades rotineiras	10	33,3
Hospedagem	09	30,0
Agroindústria	08	26,7
Piscina	08	26,7
Patrimônio histórico e cultural	05	16,7



Artesanato	04	13,3
Arquitetura religiosa	03	10,0
Cachoeira, cascata	02	6,7
Lago	0	0,0

Principais produções artesanais, caseiras e coloniais comercializadas	Quant.	%
Alimentos	22	73,3
Bebidas	08	26,7
Chás	05	16,7
Flores	04	13,3
Trabalho em madeira	03	10,0
Trabalho em tecido	02	6,7
Cerâmica	01	3,3
Pintura	0	0,0
Trabalho em couro	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto aos principais atrativos turísticos e produtos comercializados na propriedade a maioria, 21 proprietários, indicou possuir um espaço para realização de eventos, 17 têm como atrativo gastronômico um restaurante e como atrativo de lazer o açude. Para 11, 13 e 14 dos proprietários promovem atividades ao ar livre. E, 10 indicaram pesque e pague e participação do turista em atividades rotineiras da propriedade.

Quadro 7 - Atividade de turismo durante a pandemia do Covid 19

Queda da renda da propriedade durante a pandemia	Quant.	%
Sim, mais que 50%	15	50,0
Sim, entre 30% e 50%	08	26,7
Sim, entre 10% e 29%	06	20,0
Não	01	3,3
Total	30	100%
Atividades de turismo suspensas durante pandemia do Covid-19	Quant.	%
Sim	26	86,7
Não	04	13,3
Total	30	100%
Atividade de turismo encerrada em decorrência da pandemia	Quant.	%
Não	25	83,3
Sim (Pesca, passeio em grupo, tirolesa, servir refeição, cavalgadas)	05	16,7
Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)



Em decorrência dos efeitos causados pela pandemia da Covid 19, a queda da renda, 15 (50%) indicaram que esse valor representou mais que 50%, 08 (26%), que essa queda ficou entre 30% e 50%, para 06 (20%) a queda foi entre 10% e 29%. Apenas um respondente disse não ter sofrido queda da renda nesse período. Sobre a suspensão de alguma atividade nesse período de pandemia, a maioria, 26 (86%) respondeu positivamente a essa questão. E, em relação a alguma atividade que foi encerrada em decorrência da pandemia, 25 (83%) responderam que não, apenas 05 (16%) não disponibilizaram atividades como pesca, passeios em grupo, tirolesa, oferta de refeições e cavalgadas, devido ao contato que estas atividades geram.

Quadro 8 – Renda mensal da propriedade e percentual relativo à atividade do turismo

Renda mensal da propriedade	Quant.	%	Porcentagem da renda relativa ao turismo	Quant.	%
Até 1 salário-mínimo	0	0,0	Mais que 50%	07	23,3
Entre 3 e 4 salários	12	40,0	Até 50 %	05	16,6
Entre 1 e 2 salários	10	33,3	Até 20%	04	13,3
Mais de 5 salários	08	26,6	Até 10%	07	23,3
			Até 5%	07	23,3
Total	30	100%	Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto à renda mensal da propriedade e o valor percentual relativo à atividade turística sobre esse montante, a maioria 12 (40%) atinge a maior faixa de valor de três a quatro salários mínimos, seguido da faixa entre um e dois salários mínimos 10 (33%), e, 08 (26%) indicaram que a renda da propriedade alcança mais de cinco salários mínimos. Quanto desse percentual de renda advém do turismo, para 07 (23%) proprietários esse percentual ultrapassa 50%; 05 (16%) dessa renda representam até 50%, 04 (13%) representam 20% do valor total da renda mensal, para 07 (23%) equivalem a 10% da renda, e, para 07 (23%) 5% da renda provém da atividade de turismo.

No esforço de manter a população rural no campo, Solla (2002) defendeu o ponto de vista que um dos objetivos do turismo rural deveria ser o desenvolvimento de fontes complementares de renda. Além disso, reforçou a importância da multiplicidade dos aspectos do patrimônio, no sentido amplo, abrangendo a natureza e a cultura popular, como principal dinamizador desta atividade.

Nesse cenário, muitos agricultores ou proprietários rurais precisam estabelecer um planejamento econômico que agregue valor à produção e promova a redução do êxodo



rural. Segundo Cavaco (2001), essa identidade dos territórios rurais também pode ser estimulada por meio do turismo, e a atividade pode ser encarada como um fator de fortalecimento da economia rural, além de ser uma atividade complementar às demais atividades já realizadas no espaço rural.

Mendonça (2006) indicava que o desenvolvimento do turismo no meio rural deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, ou seja, ser ambientalmente sustentável em longo prazo, financeiramente viável e organizado por princípios éticos e sociais para as comunidades locais, esses aspectos, funcionam como uma ferramenta chave para promover o desenvolvimento.

Os resultados indicam ser importante entender em qual contexto a atividade turística é realizada, seja na oferta turística no campo incorporada ao meio rural, assim como possuir qualidade em relação aos equipamentos e serviços disponibilizados aos visitantes. E, todas essas ações envolvem diretamente a participação dos proprietários rurais, dos órgãos de governo, das instituições de ensino e sociedade civil, pois, conhecer como se configura o turismo rural na região, possibilita um planejamento plural voltado as necessidades e potencialidades da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisou-se o perfil dos proprietários de propriedades rurais lindeiras ao Lago de Itaipu, no Paraná, que praticam atividades relacionadas ao turismo rural nessa região. A contribuição deste estudo sobre o perfil desses proprietários, implica em demonstrar como está caracterizado esse segmento turístico na região.

A partir dessa informação, é possível entender em qual contexto a atividade é realizada, seja no conhecimento que esses indivíduos tem sobre o segmento, seja na infra estrutura que essas propriedades disponibilizam aos visitantes, pois, para praticar essa atividade turística, o cuidado com o meio ambiente é fundamental e necessário, pois para ter êxito é preciso levar em conta a preservação dos recursos naturais, bem como aspectos relacionados ao social, como valorização da cultura e gastronomia, para que assim, a econômica evolua gerando sustentabilidade da atividade.

É importante referir que a pandemia de Covid-19 contribuiu para esta atividade no meio rural uma vez que, em resultado das medidas de isolamento social e da redução das atividades não essenciais, incluindo o turismo, o ambiente natural foi preservado de forma

significativa. Num segundo momento, com a retomada gradual das atividades turísticas, áreas que ofereciam atividades de lazer ao ar livre, como o turismo rural, foram fortalecidas e transformadas em destinos onde turistas e visitantes puderam recarregar suas energias.

Para que o turismo rural não seja considerado utópico, que é visto como uma atividade que protege e recupera o meio ambiente, que garante a manutenção das atividades agrícolas e mantém as famílias vivendo no campo, que formula uma nova concepção de produção com aumento de renda, que entre outras coisas protege e valoriza aspectos culturais, entende-se que é necessário promover o debate articulado para abordar e planejar o turismo nas diferentes esferas do setor público, nas instituições de ensino, nas associações e comunidades locais e, principalmente com os que promovem o turismo no dia-a-dia recebendo turistas e visitantes, os proprietários rurais.

Para estudos futuros sugere-se que se faça um estudo sobre a satisfação dos turistas e visitantes em relação à qualidade dos serviços e equipamentos turísticos da atividade no meio rural, pois entende-se que a partir dessa perspectiva, é possível alinhar um planejamento da gestão desse serviço de forma mais efetiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao terciário: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo: Ipea, 1999.

BARBOSA, N. A.; NETO, J. A.F. O capital social e sua contribuição para o desenvolvimento das regiões rurais. **Revista brasileira multidisciplinar – ReBraM**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 125-137, 2016. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/371>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: http://www.institutobrasilrural.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. **Turismo e geografia reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3.ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELESBÃO, I. O Turismo no contexto nas transformações do espaço brasileiro. In: CRISTÓVÃO, A. *et al* (Org) **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ELESBÃO, I. **Transformações no espaço rural a partir do turismo**: um olhar sobre São Martinho, SC. 2007. 342f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104324/elsesbao_i_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 ago. 2022.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 28-46, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista de Geografia Agrária Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776>. Acesso em: 18 jun. 2022

MENDONÇA, M. **Gestão integrada de turismo no espaço rural**. 2006. 305f. Tese (Doutorado Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3289/TeseMCAM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2022.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Traduzido por: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUSCHMANN, D. V. M. O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 2000.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUCS, 2000.

SCHNEIDER, S. Situando a desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 30, n. 3(119), p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte. V. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. econpapers.repec.org/article/novartigo/v_3a7_3ay_3a1997_3ai_3a1_3ap_3a43-81.htm

SILVA, J. G. da et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: RIELDL, Mário et. al. (org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SOLLA, X. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

TULIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: CRUZ, L. (org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 2003.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ZANCO, A.; CORBARI, F.; ALVES, A. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. **GeoPantanal**, [S.l.], v. 24, p. 233-250, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6316~>. Acesso em: 18 ago. 2022.